

BREVES REFLEXÕES SOBRE O *DESASTRE* DA REPÚBLICA EM PORTUGAL

Luís Alves de Fraga

RESUMO

Em poucas páginas procuram identificar-se e justificar-se as duas linhas fracturantes da 1.^a República e, por isso, fatais para a sua subsistência em Portugal.

Vão-se, através de explicações muito simples, percorrer os anos da 1.^a República e compreender que, afinal, os *remédios* politicamente preconizados, defendidos e *aplicados* para trazer a modernidade europeia — modernidade que a Monarquia não tinha sido capaz de promover ou não havia querido implantar — constituíram o *veneno* que determinou o fim do regime democrático, fazendo surgir a hipótese de uma restauração monárquica que o tempo acabou por diluir também por causa dos vastos desentendimentos entre todos os que desejavam um rei em vez de um presidente.

As Linhas Fracturantes da 1.^a República – 1.^a parte

Não chegou a dezasseis o número de anos de vigência da 1.^a República, contudo, quer-me parecer que foram de uma extraordinária riqueza do ponto de vista dos objectivos de ruptura com o passado, procurando levar para a modernidade um Portugal, então, ancilosado.

O século XIX, com o tremendo salto tecnológico que o caracterizou, por um lado, e, por outro, com o extraordinário desenvolvimento das correntes comerciais, veio colocar a nu as carências estruturais portuguesas.

Território sem carvão nem ferro de qualidade, não pôde industrializar-se ao ritmo dos Estados europeus. Rapidamente a fraca marinha, que ainda subsistia dos tempos da navegação à vela, foi relegada para um plano inferior ao comum das suas concorrentes estrangeiras. A definição de fronteiras nos territórios de África, exigindo a ocupação efectiva, depois de 1885, evidenciou a fraqueza de um Exército que pouco mais servia do que para a repressão interna e para dar lustro às procissões religiosas e outras festas públicas. Na metrópole, com uma agricultura que não chegava para a subsistência interna, a mobilidade social era quase inexistente, traduzindo-se por um elevadíssimo índice de analfabetismo. Por cima de todo este quadro pairava, com poderes quase absolutos, a Igreja Católica Apostólica Romana empenhada em, mantendo privilégios, manter a credence como entorpecente das mentes e das consciências. Esse hipnótico poder só nas grandes cidades — Lisboa, Porto e Coimbra — tinha alguns raros oásis onde o livre pensamento deixava a claro a paupérrima e depauperada situação nacional. Foi nessas urbes — e noutras em menor escala — que o republicanismo, como força de ruptura, se implantou e iniciou toda a acção de propaganda, levando-o à posição de partido com assento parlamentar.

A questão republicana, como força de alteração do regime, colocou-se de duas formas simples: ou se conseguia a mudança pela via eleitoral ou por meio revolucionário violento. A segunda corrente impôs-se já depois do regicídio e foi pela adopção do princípio

revolucionário que marcharam para França e Inglaterra Sebastião de Magalhães Lima, advogado, jornalista e grão-mestre da Maçonaria e José Relvas, abastado agricultor da região de Alpiarça. A missão era simples: em França — a mais importante República da Europa — conquistar a simpatia do Governo e da população esclarecida para a necessidade de alteração de regime em Portugal; em Inglaterra, conseguir, pelo menos, a neutralidade do Governo britânico face à revolução republicana. Claro que tanto em Paris como em Londres tiveram de ser dadas garantias quanto às intenções de quem se propunha derrubar a Monarquia. Essa terá sido uma das razões da escolha daquelas duas personalidades como embaixadores do Partido Republicano Português (PRP): enquanto um simbolizava a liberdade de pensamento e a ordem constitucional maçónica o outro figurava a tradição agrícola de um país meridional. Nada fazia supor radicalismos excessivos que fossem para além da mudança do regime e de um ou outro pilar de sustentação do Estado. A surpresa registou-se com a tomada de posse do Governo Provisório da República.

As Linhas Fracturantes da 1.^a República – 2.^a parte

Foi Afonso Costa — o mais radical dos três grandes líderes do PRP (António José de Almeida e Brito Camacho na ordem decrescente do radicalismo) — quem, como ministro da Justiça, desferiu o primeiro golpe fracturante na jovem República quando fez rapidamente expulsar as ordens religiosas de Portugal, nomeadamente a Companhia de Jesus — retomando legislação do marquês de Pombal — decretou o registo civil — em oposição ao registo religioso — e fez publicar a Lei da Separação das Igrejas do Estado — tornando Portugal num Estado laico. Ele foi o executor de uma política cujo diagnóstico havia sido traçado quarenta anos antes por Antero de Quental.

Indiscutivelmente a Igreja Católica era, naquela época, a força mais retrógrada da sociedade portuguesa a qual, associada à pobreza endémica do território, contribuía para o atraso social do país. Destruir o poder do clero era fundamental para impor a República e, também, para abrir as portas à modernidade europeia. Mas esta medida, se por um lado era imprescindível, por outro, era fracturante: a sociedade portuguesa ia dividir-se, vendo nos republicanos os *demónios* subidos dos infernos ou, ao contrário, apreciando-os como *anjos* e motores da liberdade. A República passou a ser, em simultâneo, trevas e luz. E foi-o sempre até à Constituição Política de 1933 e à assinatura da concordata com a Santa Sé, pese embora a aparente acalmia iniciada no consulado de Sidónio Pais, quando este caudilho, mais por actos que por decretos, deu os primeiros sinais de tentativa de apaziguamento da questão religiosa. Mas o importante tinha deixado de ser a laicização do Estado, porque, na brecha aberta por ela no tecido social nacional, se haviam implantado correntes monárquicas, que, com maiores ou menores auréolas teóricas, desejavam não só o regresso à Monarquia, mas, acima de tudo, o retorno à *tradição*.

Na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, o Estado Novo foi a vitória confusa — e propositadamente confundida — da República ultra-conservadora, embora tenha sido muito mais do que isso. Na verdade, foi, até à morte política de Salazar — à semelhança do que acontecia em Espanha — uma vaga promessa de retorno à Monarquia e uma difusa afirmação de republicanismo. A linha fracturante lançada por Afonso Costa, embora não tendo dado os frutos de um rápido caminho para a modernidade, possibilitou que a política nacional se desenvolvesse condicionada pelo problema religioso. A Igreja Católica, durante os quarenta e oito anos de ditadura, tornou-se, paradoxal mas logicamente, numa das linhas estruturantes do Estado Novo. Não tendo florescido em Portugal a doutrina

social da Igreja, ela tornou a ser a força da reacção política à modernidade, apadrinhando e abençoando o combate a todas as manifestações que apontassem para uma necessária modernização da sociedade portuguesa. O medo do comunismo determinou a lei do condicionalismo industrial e este, por seu turno, ao mesmo tempo que procurava manter o país vivendo do e para o sector primário da economia, impediu que Portugal, em tempo oportuno tivesse encontrado a sua *especialização* económica tal como aconteceu com grande parte dos Estados de fracos recursos na Europa. Realmente, a economia fechou-se sobre o *Império* não conseguindo a autarcia que se desejava.

A sombra da fractura lançada, em 1910, por Afonso Costa, estendeu-se até quase às vésperas do golpe militar de 25 de Abril de 1974. As forças da reacção venceram a indomável vontade daquele político e estadista e atrasaram Portugal muitíssimo mais do que os quarenta e oito anos que vigoraram no Poder.

As Linhas Fracturantes da 1.^a República – 3.^a parte

Antes de expor ideias sintéticas sobre a segunda e última — no meu entender — linha fracturante da 1.^a República, parece-me importante recordar que, embora a proclamação do novo regime tenha nascido de um golpe militar ele, na verdade, resultou de um misto de empenhamento de algumas unidades do Exército e da Armada com uma grande maioria de populares conotados com a Carbonária. Assim, em rigor, não se pode dizer que o derrube da Monarquia se tenha ficado a dever a um golpe militar em sentido restrito. Não, foi um golpe conduzido por militares e com elevado empenhamento de revolucionários civis. Ora, este facto vem colocar em evidência que a República, não se apoiando no Exército e na Armada para se fazer aclamar, nada ficou a dever àquelas corporações e, como consequência, não as valorizou, de imediato, como esteios do regime.

A situação começou a mudar de aparência aquando do golpe militar — embora ainda apoiado por civis — de 14 de Maio de 1915, que pôs fim ao Governo ditatorial do general Pimenta de Castro. Foram a Armada, conduzida por Leote do Rego, e a Guarda-Fiscal as forças que derrubaram o Governo. Tratou-se da primeira intervenção militar na condução da política republicana. Poder-se-ia dizer que esta havia resultado de um pronunciamento militar — que teve em Machado Santos o seu líder evidente — ocorrido em Janeiro e que passou à História como *Movimento das Espadas* o qual levou à presidência do Ministério o general Pimenta de Castro.

Na origem destas movimentações estava a intervenção de Portugal na Grande Guerra, bem vista e desejada pelos republicanos mais radicais e indesejada pelos mais conservadores e pelos monárquicos.

O conflito militar havia desarticulado os circuitos comerciais da Europa e, até quase, os de todo o mundo. Em Portugal, a par do aumento do custo de vida, rareavam os alimentos mais essenciais. As classes sociais mais desfavorecidas começavam a sentir o peso da guerra, embora fossem incapazes de perceber que este mal não se limitava exclusivamente a Portugal; ele era geral e total.

A intervenção na Grande Guerra, a partir de Março de 1916, obrigou à incorporação de muitos milhares de homens nas fileiras ao mesmo tempo que cresceu exponencialmente o número de oficiais do quadro permanente e milicianos do Exército. Estava a consolidar-se a segunda linha fracturante da 1.^a República.

Na sequência do final do conflito armado as economias da Europa encontravam-se praticamente desmanteladas, a crise era generalizada e fazia sentir-se mais forte nos países de menores recursos e com menor capacidade interventiva na reposição dos circuitos abastecedores. Era o caso de Portugal.

Em tal conjuntura a redução dos efectivos militares impunha-se como medida económica e financeira, todavia, a força da corporação era de tal natureza que, mesmo não vendo alternativas de progressão na carreira, os oficiais preferiram ficar longos anos nos mesmos postos com vencimentos baixos a ter de enfrentar um mercado de trabalho em decréscimo. Este facto, articulado com o desaparecimento de dois dos partidos republicanos — o evolucionista e o unionista — e o aparecimento de outros de matriz nacionalista ou só vagamente identificáveis com os do passado recente, veio gerar uma nova conjuntura política depois da morte violenta de Sidónio Pais. O partido democrático — já não liderado por Afonso Costa que se havia radicado em França — optou por favorecer as Forças Armadas, dando-lhes um papel de relevo no quadro dos elementos de pressão do regime. Primeiro, foi a vez da Guarda Nacional Republicana (GNR) se tornar uma força decisora dos destinos políticos nacionais e, depois, foi o Exército que, a partir de 1924/1925, se afirmou como força fracturante do regime quando se clamava por uma ditadura — ainda que provisória — no momento em que já aparecia como impossível o entendimento entre os partidos políticos republicanos. Tudo estava a ser posto em causa face à ingovernabilidade do país.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, antecedido por uma outra tentativa não vitoriosa, colocou nas mãos do Exército e, especialmente, nas mãos dos tenentes, os destinos nebulosos da República, já que ninguém tinha a certeza de nada quanto ao regime ou ao sistema de governo. Foi nesta altura que, de modo velado, mas convergente, os elementos integrantes da primeira linha fracturante da 1.^a República se conjugaram com os elementos integrantes da segunda linha fracturante — as Forças Armadas — para aniquilar a democracia e, acima de tudo, a ideia de progresso e modernidade que estava associada à proclamação do regime na manhã de 5 de Outubro de 1910.

Em síntese, pode dizer-se que a 1.^a República ditou a sua perda quando, lutando pela necessária mudança, criou a primeira linha fracturante ao contrariar a influência da Igreja Católica em Portugal e a segunda ao dar importância excessiva ao Exército na sequência da participação na grande Guerra.